

EDITORIAL

O Brasil de 7 de setembro de 1989, dia da posse desta Diretoria e período pré-eleitoral para escolha do Presidente da República, era um Brasil de esperanças após um período tão intenso sem eleições presidenciais.

Hoje é um Brasil vivendo uma das crises mais profundas de sua história, porque não se trata apenas de uma crise sócio-econômica ou política, mas também uma crise Ética.

Ética em todos os campos: político, institucional, nos partidos, nas organizações, na família, uma crise que necessariamente terá que repensar novos valores, até mesmo como sobrevivência do planeta.

A sociedade, entre atônita e inerte, assiste a todo esse cenário.

Na área de saúde, o processo de retração do Estado vem definindo políticas sociais que avançam com a privatização do setor, com total desrespeito à Constituição aprovada em 1988. A configuração do crescimento dos seguros de saúde privados, a ameaça à Lei da Seguridade Social, o crescimento das empresas médicas com forte influência do setor financeiro, aliado ao constante sucateamento dos serviços públicos de saúde, é a demonstração clara e objetiva do processo de privatização, que se reflete também no constante adiamento da IX Conferência Nacional de Saúde, finalmente marcada para ser realizada no período de 9 a 14 de agosto em Brasília.

Enquanto isso, o quadro de morbimortalidade agrava-se no país, acrescido de doenças como dengue, cólera e AIDS.

A atual diretoria da Associação Brasileira de Enfermagem entende esse momento como singular, e por isso definiu várias estratégias no sentido de vencer os obstáculos nesse cenário tão desfavorável.

Participou ativamente da criação e implantação do Conselho Nacional de Saúde (CNS), atuando como membro efetivo e suplente nesses dois anos de seu funcionamento e da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos, uma das sete principais comissões ligadas diretamente ao CNS. Indicou em conjunto com as demais Entidades Nacionais de Enfermagem, o representante para a Câmara Técnica de Atuação dos Profissionais de Saúde e lutou pelo estabelecimento do Convênio com a Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde sobre o Programa Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, no sentido de garantir a profissionalização desses agentes.

Em nível da Comissão de Serviço desenvolveu várias atividades com a finalidade de contribuir com a reorganização dos serviços de saúde e da prática de enfermagem: Comitê sobre Parâmetros de Pessoal e Consulta de Enfermagem; Oficina de Trabalho sobre o Processo de Municipalização e a Prática da Enfermagem; Seminário sobre Organização de Serviços e a Prática de Enfermagem.

Elaborou quatro cadernos que serviram de subsídios, para a discussão dessas questões em nível das seções regionais. Indicou um processo de debates sobre o sistema de Acreditação de Hospitais proposto pela OPS.

A Comissão de Educação além de dar encaminhamento ao processo de aprovação do novo Currículo Mínimo de Graduação, promoveu e participou efetivamente nas discussões sobre Pós-Graduação, Especialização em Nível Médio, tendo elaborado vasta documentação sobre os diversos níveis de formação. Participou como membro efetivo do Grupo Técnico Assessor da Coordenação Geral de Recursos Humanos para o SUS do Ministério da Saúde, elaborando diretrizes sobre a Profissionalização do pessoal sem qualificação específica.

A criação do Fórum Nacional de Escolas de Enfermagem e os respectivos Fóruns Estaduais, têm se constituído numa estratégia que vem viabilizando a discussão conjunta da problemática da formação de enfermagem em todos os níveis.

A Comissão de Legislação além de acompanhar e emitir parecer sobre os anteprojotos de lei sobre enfermagem, em tramitação no legislativo, coordenou o processo de mudança do Estatuto da Entidade no que concerne aos Capítulos dos Sócios e das Eleições, como também estabeleceu diretrizes para unificar a elaboração dos regimentos internos das Seções.

Em relação a toda discussão sobre mudança do Código de Ética, essa Comissão não só participou dos eventos realizados, como apresentou sugestões efetivas para o mesmo, apesar de até o momento não ter sido publicado.

Além disso, com a atualidade do tema Produtividade/Honorários Profissionais de Enfermagem, essa Comissão coordena a discussão em nível nacional.

O Centro de Pesquisa – CEPEn, foi impulsionado com a informatização do acervo bibliográfico no que se refere às teses, tendo publicado dois Catálogos de Pesquisa e Pesquisadores em Enfermagem. Coordenou a realização do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem em conjunto com a Seção Rio de Janeiro e viabilizou a presença de Enfermagem nos diversos Encontros Nacionais da SBPC.

A Comissão de Publicações e Divulgação, talvez tenha dado o maior salto da sua história, ao transformar a REBEn em uma Revista de assinantes e principalmente por manter atualizada a sua publicação. Ressalta-se a importância de cada vez mais ampliar o número de assinantes, porém temos plena certeza, que a regularidade de sua publicação, a qualidade dos artigos publicados, fatalmente irá transformá-la numa revista de maior credibilidade.

Assim também o Boletim Informativo com uma tiragem de 10.000 exemplares, tem buscado ser mais ágil nas informações e levado aos sócios assuntos de interesses nacional e internacional.

Nestes três anos a ABEn manteve e mesmo ampliou suas relações em nível internacional, priorizando maior estreitamento com os países da América Latina. Hoje, é reconhecida nacional e internacionalmente por sua posição intransigente em defesa de uma ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DE QUALIDADE PARA TODOS, prestada por profissionais de enfermagem competentes e que por isso mesmo devem ser valorizados com salários dignos e ambiente de trabalho sem risco.

O Fórum Nacional de Entidades de Enfermagem, que é composto pela ABEn, COFEN, FNE e UNATE, tem sido um testemunho do esforço que a ABEn tem desenvolvido. Coordenando o mesmo até o momento, por entender que somente um trabalho integrado poderá fazer crescer e fortalecer a Organização da Enfermagem, desde que sejam mantidos os princípios éticos necessários a este caminhar.

Congressos Nacionais anuais, Seminários, Encontros, Jornadas e Oficinas de Trabalho foram inúmeros, porém sempre suas realizações destes, foram consideradas como estratégias que pudessem viabilizar o pensar, o discutir e o crescer conjunto da categoria. Importante ressaltar que, se estes eventos aconteceram, foi porque existiu um grande número de seções, grupo de pessoas que participaram em conjunto deste caminho percorrido.

Por fim, apesar do desencanto imperante, do comodismo irresponsável, do cansaço pelas extensas jornadas de trabalho profissional e de militância, é importante deixar claro que vários obstáculos foram vencidos e temos manifestado interesse e força a esta caminhada.

Caminhada de esperança, nas mudanças que advirão neste final de milênio, que certamente levará à constituição de um mundo mais solidário, garantindo justiça social, única maneira da sobrevivência do planeta. Passaremos para a nova gestão a certeza que somente a luta pela “Qualidade da Assistência de Enfermagem para todos” tem significado para a existência da ABEn e da Enfermagem Brasileira.

Stella Maria P. F. de Barros
Presidente da ABEn-Nacional
Gestão 1989-1992